

Artigos Livres

Constituindo um espaço de relação entre o institucionalismo e o marxismo althusseriano

Constituting a space of relationship between institutionalism and althusserian marxism

Estêvão Carvalho Freixo¹ 

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro , Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Desde a configuração inicial do movimento institucionalista na França da década de 1960, o campo da análise institucional tem dirigido sua atenção aos processos de autoanálise e autogestão nas comunidades. Para se realizar uma análise da instituição, entretanto, tem-se considerado como essencial a condução de uma análise de implicação, que diz respeito ao exame das relações que os indivíduos desenvolvem e mantêm com a instituição. Para avançar no exame desse vínculo com o qual o indivíduo, sem saber, se deixa “tomar” pelo funcionamento institucional, evocamos o processo de interpelação ideológica introduzido por Althusser, com o qual o autor articula as noções de inconsciente e ideologia. Para dissecar suas etapas, recorreremos ainda à distinção operada por Mara Glzman entre duas zonas discursivas designadas pela autora como instâncias de formação e formulação. O intervalo lógico que as separa parece apresentar-se como dimensão estratégica para se pensar a relação estabelecida entre indivíduo e instituição. Desde aí, sugerimos que a análise de implicação pode se desdobrar em dois momentos: (i) uma análise histórica do discurso que investiga a formação do complexo institucional, e (ii) um exame dos mecanismos inconscientes por meio dos quais a função institucional que o indivíduo cumpre sem saber permanece para ele como desconhecida.

Palavras-chave: Análise institucional; Análise de implicação; Interpelação ideológica

ABSTRACT

Since the inception of the institutionalist movement in France during the 1960s, the field of institutional analysis has directed its focus towards processes of self-analysis within communities. However, to conduct an analysis of the institution, it has been deemed essential to perform an analysis of implication, which involves examining the relationship between the individual and the institution. To further explore this connection through which the individual, unknowingly, allows themselves to be ‘captured’ by the institution, we have invoked the process of ideological interpellation introduced by Althusser. In this,

the author articulates the notions of unconsciousness and ideology. To dissect its stages, we have also turned to the distinction made by Mara Glzman between two discursive zones designated as instances of formation and formulation. The interval that separates them seems to present itself as a strategic dimension for reflecting on the implicational relationship. From there, we suggest that the analysis of implication can unfold in two moments: (i) a historical analysis of the discourse that investigates the formation of the institutional complex, and (ii) an examination of the unconscious mechanisms through which the institutional function that the individual complies with unknowingly remains unknown to them.

Keywords: Institutional analysis; Analysis of implication; Ideological interpellation

1 INTRODUÇÃO

Desde a configuração inicial do movimento institucionalista na França da década de 1960, o campo da análise institucional, predominantemente ocupado por profissionais e pesquisadores psicólogos, tem dirigido sua atenção aos processos de autoanálise e autogestão nas comunidades, nos coletivos, nos conjuntos de pessoas (Baremlitt, 1992). Para se realizar uma análise da instituição, entretanto, tem-se considerado como essencial a condução de uma *análise de implicação*, que diz respeito ao exame das relações que os indivíduos desenvolvem e mantêm com a instituição (Monceau, 2008). Leva-se em conta, nesse sentido, que cada indivíduo é, por assim dizer, “tomado” pela instituição, o que significa que o efeito da normatividade institucional sobre os membros da comunidade se dá, pelo menos em parte, por uma relação de assujeitamento constituída em nível inconsciente.

Para avançar no exame desse processo mediante o qual a instituição impõe seu funcionamento a um coletivo que é por ela regulado, evocamos, neste trabalho, a contribuição que o marxismo althusseriano oferece para uma articulação entre os conceitos de ideologia e de inconsciente, notadamente em sua proposição de um processo de interpelação por meio do qual cada indivíduo vem a se tornar sujeito ideológico.

Em que pese as tensões que se impõem a uma aproximação teórica entre a análise institucional e os estudos marxistas, deve-se sublinhar a importância que as questões pertinentes ao campo marxista tiveram na conformação do movimento

institucionalista, cujos primeiros esforços foram dirigidos à construção de instrumentos de desalienação dos diferentes grupos ligados às atividades desenvolvidas no hospital psiquiátrico (Guattari, 1976).

Buscando, pois, apoio na abordagem althusseriana, esforçamo-nos em aproximar as noções de instituição e de Aparelho Ideológico de Estado, este sugerido por Althusser a propósito das práticas ideológicas existentes nas formações sociais, a fim de avançar no exame do processo de interpelação ideológica por meio do qual a relação entre indivíduo e instituição vem a se constituir.

Na medida em que o mecanismo da interpelação se dá de modo a permanecer sob o desconhecimento dos indivíduos interpelados, quisemos refletir sobre as etapas por meio das quais tal procedimento inconsciente é levado a cabo. Nessa direção, aproveitamos a distinção operada por Mara Glozman (Glozman, 2020) entre o que decidiu chamar *instância de formação* e *instância de formulação*, para, desenvolvendo-a no espaço de tensão entre o institucionalismo e o marxismo althusseriano, considerar o caminho pelo qual “o sujeito se constitui [...] pelo esquecimento daquilo que o determina” (Glozman, 2020, p. 126, tradução nossa).

Sendo assim, e para melhor precisarmos nosso percurso neste trabalho, estabelecemos como objetivo de investigação explorar o interesse do marxismo althusseriano – especialmente em sua extensão na filosofia da linguagem, operada por Michel Pêcheux –, para o exame do mecanismo de assujeitamento por meio do qual se constitui a relação existente entre o indivíduo e a instituição.

Para arrematar a empresa com a qual aqui nos comprometemos, foi ainda necessário que nos ocupássemos em detalhe de (i) articular um caminho de conciliação entre o sociologismo institucionalista e o marxismo althusseriano no contexto maior das relações que ambas as correntes mantêm com a psicanálise; (ii) situar a noção de discurso como dimensão de análise dos mecanismos inconscientes e ideológicos; (iii) introduzir o esquema de Mara Golzman com o qual se articulam as chamadas instância de formação e instância de formulação, para,

desde aí, recolocar o problema do assujeitamento que é constitutivo da relação entre indivíduo e instituição.

Dado o caráter teórico de nossa investigação, desenvolvemos a reflexão pertinente a este trabalho mediante a confrontação de alguns textos fundacionais e de uso indispensável para a problemática que aqui tematizamos. Nesse sentido, foram articulados materiais provenientes dos domínios da psicanálise, da análise institucional e da teoria discursiva de base althusseriana. A fim de que nos fosse possível situar a discussão no estado em que ela atualmente se encontra, fizemos uso ainda de contribuições teóricas mais recentes, especialmente envolvidas com o trabalho de Althusser e com os desdobramentos que o filósofo e linguista Michel Pêcheux lhe acrescenta.

2 FREUD, MARX E O INSTITUCIONALISMO

René Lourau (1996), que ao lado de Georges Lapassade e Félix Guattari, contribuiu com a fundação da análise institucional enquanto campo de pesquisa e prática interventiva, nos indica que a escola francesa de sociologia fez da instituição um fenômeno de interesse científico, especialmente pelas mãos de Émile Durkheim, que a introduziu como o objeto de estudo da ciência sociológica. Seu lugar e sua importância nessa disciplina se traduzem particularmente no fato de que “O estatuto teórico da sociologia liga-se [...], ao menos em parte, às vicissitudes do conceito de instituição” (Lourau, 1996, p. 95).

Todavia, o problema particular da produção das instituições e da possibilidade de se intervir em seu processo institucionalizante só se constituirá com a emergência da psicoterapia institucional na França, quando “intelectuais surrealistas, médicos fortemente influenciados pelo freudismo, militantes marxistas” (Guattari, 1976) se reuniram no Hospital Psiquiátrico Saint-Alban, em Lozère, para organizar um novo modo de acesso à enfermidade mental. A perspectiva militante que aí se formava se sustentava na compreensão de que “não se pode pensar em uma

cura psicoterapêutica para os enfermos graves sem tomar em conta a análise da instituição” (Guattari, 1976).

Para atualizar a possibilidade dessa cooperação entre a psicanálise e as correntes marxistas em torno da noção de instituição, examinaremos, nesta seção, a existência de alguns pontos de contato por meio dos quais essas orientações teóricas parecem poder ser aproximadas. Inicialmente, estabeleceremos certos níveis nos quais a psicanálise se articula com o institucionalismo e com o campo marxista, para, ulteriormente, enfrentarmos o problema das tensões que se colocam entre o institucionalismo e o marxismo.

Sobre a psicanálise, deve-se preliminarmente dizer que há um subconjunto dos escritos freudianos que, pelo teor de sua reflexão, ultrapassam os problemas da clínica e vão ao encontro dos temas emergentes nas disciplinas interessadas por questões que são pertinentes ao conjunto da sociedade. Entre esses, estão, por exemplo, *O Futuro de uma ilusão*, *Tótem e tabu*, *Psicologia das massas e análise do eu*, *O mal-estar na civilização*, *Moisés e o monoteísmo*, e outros mais.

Na obra *O Futuro de uma ilusão*, cuja reflexão é dirigida ao problema da religião e seu lugar na sociedade enquanto patrimônio cultural, a noção de cultura é logo introduzida, sendo aí caracterizada pelo fato de abranger

por um lado, todo o saber e toda a capacidade adquiridos pelo homem com o fim de dominar as forças da natureza e obter seus bens para a satisfação das necessidades humanas e, por outro, todas as instituições [*Einrichtungen*] necessárias para regular as relações dos homens entre si e, em especial, a divisão dos bens acessíveis. (Freud, 2010)

A instituição é aí apresentada como um dos aspectos por meio dos quais a cultura oferece solução ao problema da satisfação das necessidades humanas no quadro maior da organização social. De outro ângulo, a definição de instituição que incidentalmente se introduz no texto guarda considerável proximidade com a compreensão geral que circula entre as doutrinas institucionalistas. Para ficarmos em apenas um exemplo, Gregorio Barenblitt assim as descreve em seu *Compêndio de análise institucional*:

[as instituições] Significam a regulação de uma atividade humana, caracterizam uma atividade humana e se pronunciam valorativamente com respeito a ela, clarificando o que deve ser, o que está prescrito e o que não deve ser, isto é, o que está proscrito [...]. (Baremblyt, 1992)

Como se vê, tanto na psicanálise freudiana quanto no quadro geral da análise institucional, o conceito de instituição refere a um conjunto de normas reguladoras que, organizadas pelo desenvolvimento e pelo trabalho da cultura, atuam sobre os membros do coletivo, de modo a lhes impor certas possibilidades e proibições com as quais sua atuação no corpo social passa a estar orientada em benefício de um projeto comum – ou, o que é mais preciso, em benefício de um projeto instaurado e defendido pela parte da comunidade que, por razões históricas, tomou a frente no processo de condução da vida comunitária.

No que diz respeito ao conflito entre grupos que, na sociedade, disputam pela direção da vida comum, a reflexão freudiana parece também se aproximar de uma concepção de formação social forjada no seio do materialismo histórico. Em ambos os casos, as condições de vida material numa sociedade respondem pela satisfação das necessidades humanas, o que, no registro histórico, implica tanto a fruição de bens necessários à sobrevivência quanto a configuração de um tipo de relação humana na qual um indivíduo é por outro reduzido à condição de um bem, por ter sua capacidade de produção explorada. Da parte da psicanálise, esse entendimento aparece inscrito na presunção de que “as relações mútuas entre os homens são profundamente influenciadas pela medida de satisfação dos impulsos possibilitada pelos bens existentes” (Freud, 2010), e, complementarmente, no argumento de que “o próprio indivíduo pode se relacionar com outro na condição de um bem, na medida em que este utiliza a força de trabalho do primeiro ou o toma como objeto sexual” (Freud, 2010). No pensamento marxista, os argumentos são mais conhecidos, e podem ser resumidamente situados nos fragmentos seguintes:

[...] para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a

produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material [...]. (Marx; Engels, 2007)

A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. (Marx; Engels, 2007).

A essa convergência, segue-se ainda uma compreensão comum a ambas as visões de que a sociedade se organiza segundo uma distribuição desigual de bens e atividades. Ao menos pode-se assim supor, ante a assunção da existência de um jogo de dominação entre os grupos que disputam pela direção da vida comum, seja quando se sustenta que “A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes” (Marx; Engels, 2010, p. 40), seja quando se admite que “a cultura é algo imposto a uma maioria recalcitrante por uma minoria que soube se apropriar dos meios de poder e de coerção” (Freud, 2010). Com efeito, o problema da desigualdade é apresentado com todas suas letras na teoria econômica de Marx e Engels, visto admitirem que, “Com a divisão do trabalho, [...] estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos [...]” (Marx; Engels, 2010, p. 36).

3 ENTRE O INSTITUCIONALISMO E O MARXISMO ALTHUSSERIANO

Havendo traçado essas primeiras linhas, que nos permitem circunscrever certos níveis de aproximação da psicanálise com o movimento institucionalista e com o campo marxista, vejamos agora a dificuldade que se interpõe para uma cooperação entre o marxismo e o institucionalismo precisamente no nível da reflexão sobre as instituições.

De fato, o movimento institucionalista deve à teoria e à militância marxista algumas das premissas orientadoras de seu ideário e de sua prática interventiva, especialmente no que diz respeito à ideologização da vida comunitária, haja vista a suposição de que os coletivos têm suas necessidades artificialmente

produzidas por especialistas que, no contexto da sociedade industrial, trabalham em favor do interesse das classes sociais dominantes (Baremblytt, 1992).

Um obstáculo muito preciso se interpõe, todavia, à reflexão em torno do conceito de instituição. No caso marxista, havendo sido concedido à noção de instituição seu sentido mais jurídico, perde-se substancialmente a qualidade do seu nível simbólico para, em lugar disso, se operar uma reificação do conceito, como nos explica Cardan (1965 *apud* Lourau, 1996) em seu artigo *Marxisme et théorie révolutionnaire*. Admite o autor, entretanto, que

A instituição não está necessariamente no lugar em que se manifesta declarada ou juridicamente, mas está sempre onde as relações de produção são “instituídas” de maneira aparentemente necessária, natural e eterna. (Cardan, 1965 *apud* (Lourau, 1996)

Uma outra forma de colocar o problema da instituição na teoria marxista – entendimento mais corrente, segundo Lourau (1996) – é tê-la como simples efeito do modo de produção. Enquanto as relações de produção determinam a maneira como a formação social se configura, tudo o mais, as instituições inclusive, é relegado ao plano da superestruturas, existindo, assim, como elemento secundário, determinado pela infraestrutura econômica. Por essa razão, e por uma questão de prioridade, talvez, “o marxismo não aprofundou sua teoria das instituições, preferindo assimilar o problema proposto por elas a todo momento ‘à grande questão filosófica’ do papel das superestruturas” (Lourau, 1996). A esse respeito, Rene Lourau acrescenta que

[...] estas questões designam um problema que é o das relações entre a teoria marxista e o sociologismo. Se a luta contra o economismo permite compreender o interesse que o marxismo manifesta pelas instituições, a crítica do sociologismo permite compreender os limites desse interesse. (Lourau, 1996)

Para ultrapassar esse impasse, Cardan aborda o conceito de instituição sob o ângulo marxista numa tentativa de reconstituir o vínculo existente entre as relações de

produção e as instituições. Em seu trabalho, realiza uma aproximação entre ambas as realidades ao admitir que

O estado das forças produtivas é sem dúvida um determinante essencial do sistema institucional, porque a relação do homem com a natureza determina sempre as relações que os homens estabelecem entre si. Estes dois tipos de relações compõem o que Marx chama de processo de trabalho. Este último determina a divisão do trabalho, a qual é sempre social antes de ser técnica. E a instituição aparece como um arranjo, provisório ou duradouro, das categorias sociais em função da divisão do trabalho. (Lourau, 1996)

Esse ponto de vista é ainda mais objetivado por Rene Lourau, que demonstra a inseparabilidade entre uma coisa e outra, ao indicar o caráter institucional da divisão do trabalho: “a separação entre os que comandam e os que executam nada tem de um estado de natureza. É uma instituição, que permite manter a dissimetria das relações de produção” (Lourau, 1996).

Para, então, avançar nesse raciocínio, de modo a melhor ajustar o instrumental teórico marxista ao quadro institucionalista, gostaríamos de propor um ponto de ressonância entre ambos os lados que parece poder instaurar entre eles um espaço de cooperação.

Dado que as normas instituídas na sociedade “não se encarnam diretamente nos indivíduos, mas passam pela mediação de formas sociais singulares, de modos de organização mais ou menos adaptados” (Lourau, 1996, p. 10), parece razoável buscar no campo marxista um equivalente da instituição e de seu funcionamento no que ali foi apresentado por Louis Althusser (Althusser, 1980) como certas instâncias intermediadoras da relação dos indivíduos com o Estado que atuam na reprodução das condições de produção em cada formação social – o que significa dizer que, por meio delas, são reproduzidas as forças produtivas e as relações de produção existentes numa dada realidade sociopolítica.

A teoria marxista-leninista do Estado o apresenta como “força de execução e de intervenção repressiva, ‘ao serviço das classes dominantes’, na luta de classes travada

pela burguesia e pelos seus aliados contra o proletariado” (Althusser, 1980, p. 32). A essa definição, Louis Althusser acrescenta uma distinção entre o que seria o poder de Estado, que permanece em cada formação social nas mãos de uma dada classe, e o Aparelho de Estado, cuja finalidade é a de garantir a reprodução das condições de produção. O Aparelho de Estado, a sua vez, é dividido pelo autor em dois corpos: o corpo das instituições que integram o Aparelho repressivo de Estado, o que inclui a polícia, os tribunais, as prisões, o exército, o governo, etc. – práticas que funcionam prevalentemente com uso da força –, e o corpo das instituições que constituem os Aparelhos Ideológicos de Estado, como a escola, a família, o sistema político, a imprensa, a arte, etc., cujo funcionamento se dá essencialmente pela ideologia (Althusser, 1980, p. 51).

Nos dois casos, estamos diante de sistemas que asseguram a ordem social instituída, isto é, conjuntos de prescrições e proibições destinados a regular as atividades e as relações humanas existentes em uma sociedade. Todavia, como a atuação das instituições se dá na forma de uma rede de relações de poder que, instituindo regimes de verdade, atravessam os níveis dos grupos e das organizações como uma espécie de inconsciente político (Paulon, 2005), gostaríamos de sublinhar a semelhança que ostentam em relação ao conjunto dos Aparelhos Ideológicos de Estado, ante o efeito-inconsciente que aí também se põe em ação pelo funcionamento da ideologia; ou, para sermos mais exatos, em relação à face ideológica dos Aparelhos de Estado, já que, tanto nos aparelhos repressores como nos ideológicos, a ideologia é atuante, embora esteja mais presente nos últimos.

Essa é uma correspondência que tem sido retomada inclusive em trabalhos mais recentes, como o de Motta e Serra, recuperado no seguinte excerto: “[A ideologia] não existe no ‘mundo das ideias’, concebido como ‘mundo espiritual’, mas em instituições e nas práticas próprias dessas mesmas instituições. A ideologia existe em aparelhos e nas práticas próprias desses mesmos aparelhos” (Motta; Serra, 2014 *apud* Farias, 2019). Quando, no fragmento reproduzido, se justapõem as afirmações de que a ideologia existe em instituições e nas práticas dessas instituições e em aparelhos e nas

práticas desses aparelhos, mostra-se que os conceitos são intercambiáveis, fazendo coincidir aparelhos e instituições.

De outra parte, o segmento situa a ideologia no nível das práticas, da regularidades de conduta que as instituições (ou os aparelhos) impõe aos que são por elas afetados. No que diz respeito ao afastamento da ideologia em relação ao “mundo das ideias”, porém, seremos aqui mais cautelosos, já que a perspectiva materialista na qual se sustenta a obra de Marx e Engels é, de algum modo, recolocada no trabalho de Althusser, quando, a propósito de um indivíduo qualquer, o autor sustenta que “a existência das ideias e da sua crença é material, porque as suas ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que relevam as ideias desse sujeito” (Althusser, 1980, p. 88-89).

Em resumo, queremos aqui sugerir que a aproximação entre as noções de instituição e Aparelho de Estado nos oferece a possibilidade de investir em um trabalho de cooperação entre o sociologismo institucionalista e o marxismo althusseriano – restando, é certo, o desafio de se operar um ajuste epistemológico, dado que a abordagem althusseriana traz a reboque o pano de fundo do materialismo histórico, que necessitaria ser conciliado com a orientação sociológica de investigação. Essa articulação não é, todavia, inteiramente atípica, dado que, como antes dissemos, a reflexão marxista foi, junto a outras correntes, um elemento integrante do movimento que resultou na instauração do institucionalismo.

Finalmente, acrescentamos, com apoio em Althusser, que o funcionamento das instituições está objetivado no nível das práticas e dos rituais com os quais a instituição regula a atividade humana. Nessa faixa, em que a atuação institucional se dá de forma positivada, introduziremos o discurso como elemento privilegiado de análise da articulação entre as dimensões inconsciente e ideológica. É o que nos propomos a desenvolver na seção seguinte.

4 O INCONSCIENTE IDEOLÓGICO E O DISCURSO COMO ELEMENTO DE ANÁLISE

Um dos primeiros gestos de organização teórica do institucionalismo foi a revisão da concepção da cura individual, quando, a psicoterapia institucional deslocou sua atenção do enfermo para o contexto institucional. O psicanalista e filósofo francês Félix Guattari (Guattari, 1976) nos esclarece que as tentativas realizadas nesse primeiro momento implicavam um questionamento do método utilizado nas ciências humanas. Já então se admitia que

O acesso direto ao indivíduo não é possível ou se revela enganoso; pode-se crer que se fala com a criança, com o neurótico e que eles nos escutam, mas isso pode ser uma falsa aparência. Apesar das intenções do observador, surgem efeitos de sugestão. Uma psicologia da adaptação poderá obter resultados, mas de fato não pode alcançar verdadeiramente o registro do sujeito. O acesso aos desejos fundamentais implica certos rodeios, certas mediações, aí é onde introduzimos essa noção de “institucionalização”, esse problema da produção de instituições: quem produz a instituição e articula seus subconjuntos? Existe algum modo de influir nessa produção? A habitual proliferação de instituições na sociedade contemporânea desemboca em um reforçamento da alienação do indivíduo. (Guattari, 1976)

Colocava-se, assim, a necessidade de se indagar sobre processos que, muito embora sejam atualizados no sujeito, são produzidos no exterior de sua realidade individual. Processos que se formam no conjunto (ou nos subconjuntos) da ordem social, nas suas estruturas, nos seus modelos culturais, e que, com alguma autonomia, regulam as relações humanas e as práticas sociais por meio de mecanismos destinados a produzir, em cada indivíduo, um efeito de assujeitamento aos regimes institucionais.

Nessa direção, deve-se admitir que todos os indivíduos envolvidos num processo terapêutico, e mesmo as organizações no interior das quais esse processo se desenvolve, tem sua atividade regulada por aquilo que a instituição enuncia, isto é, pelos comandos que devem ser observados por aqueles a quem a instituição

exerce sua tutela ou seu domínio. Diante desse quadro mais amplo, reconheceu-se na psicoterapia institucional a necessidade de se

terminar com o médico enquanto indivíduo, colega, cidadão, que se propõe ser aquele que “fala por...”, que é o “porta-voz” do sujeito que poderia ser a instituição. [...] Não é acaso também ele prisioneiro inconsciente como agente desse processo, com sua vida conjugal, sua cultura, suas opiniões, etc.? Todo o problema consiste em saber se ele pode se tornar um elemento que se articula, em uma relação de verdade, com o pessoal tratante e com todos os que vêm ao encontro do que aí se fala. Somente assim pode-se esperar reformular as diferentes instâncias, os diferentes níveis de uma cura de psicanálise, ou de uma cura de psicoterapia institucional. (Guattari, 1976)

Retomemos esse problema da sujeição dos indivíduos ao aparato institucional com o qual a sociedade se organiza desde o ponto de vista althusseriano. Para isso, deve-se preliminarmente recuperar a premissa de que os Aparelhos Ideológicos de Estado servem ao propósito de reproduzir as condições de produção em uma dada formação social, o que significa reproduzir as forças produtivas e as relações de produção que a sustentam (Althusser, 1980). O espaço em que as relações de produção se realizam e se reproduzem é precisamente onde se pode examinar de perto o processo por meio do qual os indivíduos são afetados pela atividade dos Aparelhos de Estado, isto é, pela presença ativa das instituições.

Na concepção althusseriana sobre ideologia, a instituição, em sua atividade reprodutiva, atua sobre o indivíduo, de modo a convocar-lhe coativamente a seu juízo, dando-lhe direções e instruindo-lhe a falar. Deixando que a instituição por meio dele se pronuncie, o indivíduo com ela então se relaciona na condição de um assujeitamento ideológico. Nas palavras de Althusser, o procedimento com o qual os Aparelhos de Estado garantem continuamente a reprodução das condições de produção pode ser assim resumido:

[...] a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam “saberes práticos” mas em moldes que asseguram *a sujeição à ideologia dominante* ou o manejo

da “prática” desta. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, não falando dos “profissionais da ideologia” (Marx), devem estar de uma maneira ou de outra “penetrados” desta ideologia, para desempenharem “conscienciosamente” a sua tarefa - quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus “funcionários”), etc... (Althusser, 1980, p. 22)

A forma como cada indivíduo ocupa uma (ou várias) posição(ões) nessa estrutura que trata de replicar e manter as condições de produção se dá, para o filósofo francês, por certa distribuição de lugares que se organizam a partir da divisão técnica e social do trabalho. Tais lugares equivaleriam, segundo Althusser (1996), a “funções-suporte” que devem ser assumidas e executadas em benefício da preservação do modo pelo qual a formação social se organiza.

Para a estrutura, encarregada de definir essas funções, é indiferente quem, de fato, virá a ocupá-las, ainda que esse investimento dos indivíduos nas funções-suporte com as quais a estrutura social se mantém seja um componente essencial da engrenagem movimentada pelos Aparelhos de Estado. Cabe, portanto, à ideologia o indispensável papel de “designar o sujeito (em geral) que deve ocupar essa função, e para isso deve interpelá-lo como sujeito, proporcionando-lhe as razões-de-sujeito para assumir essa função” (Althusser, 1996).

Faz-se notar, assim, uma propriedade especial da ideologia que devemos agora destacar. Não apenas porque é indispensável à compreensão de sua existência, mas também porque explicita a relação que é aqui de nosso interesse: a relação que associa a instituição àqueles que, de forma inconsciente, se mantêm continuamente sob sua supervisão. Tal propriedade consiste essencialmente no fato de que a ideologia existe apenas pelo sujeito e para sujeitos (Althusser, 1980, p. 93). Disso, segue-se que

a categoria de sujeito (que pode funcionar sob outras denominações: por exemplo em Platão, a alma, Deus, etc.) é categoria constitutiva de toda ideologia, seja qual for a determinação desta (regional ou de classe) e seja qual for a sua data histórica [...]. (Althusser, 1980, p. 93-94)

Toda ideologia exerce, portanto, um papel fundante para o sujeito, na medida em que “tem por função (que a define) ‘constituir’ os indivíduos concretos em sujeitos” (Althusser, 1980, p. 94). Para, então, recrutar os sujeitos ideológicos – para efetivamente instaurá-los, na medida em que os recruta – a ideologia interpela o indivíduo oferecendo-lhe razões-de-sujeito para assumir a função-suporte previamente definida pela estrutura social (Althusser, 1996).

Para se constituir em sujeito interpelado, o indivíduo deve, todavia, reconhecer-se como sujeito no discurso ideológico (Althusser, 1996). É nesse ato de reconhecimento que o sujeito finalmente se instaura enquanto efeito de um fundamento ideológico a partir do qual é induzido. Para melhor dissecar o mecanismo da interpelação, Althusser (1996) propõe que o indivíduo, na medida em que fala, é informado pelo discurso ideológico, que nele produz um efeito de sujeito, isto é, um sujeito como efeito desse discurso cujo funcionamento sobre ele exerce alguma forma de domínio.

Sob esse aspecto, pode-se mesmo dizer que o sujeito ideológico não é a origem daquilo que diz. Constituindo-se como efeito do discurso ideológico, ele é um sujeito que se instaura apenas porque enuncia o que a ideologia lhe instrui a dizer, instaura-se precisamente por enunciá-lo. E se o indivíduo se reconhece enquanto sujeito do discurso ideológico, desconhece, por outro lado, que não é ele mesmo a origem dos sentidos que produz.

Eis aí o espaço de articulação entre a ideologia (ou o discurso ideológico) e a dimensão inconsciente. Enquanto o indivíduo se reconhece como aquele que é interpelado pela ideologia, passando, desde então, a funcionar como sujeito ideológico, permanece sob seu desconhecimento, porém, o processo pelo qual o mecanismo de interpelação acontece, isto é, o procedimento por meio do qual a ideologia o convoca para agir em seu favor, assegurando, desse modo, a reprodução das condições de produção. Sobre a condição desse desconhecimento, Althusser avança em sua aproximação com a psicanálise:

[...] a *função-sujeito* que constitui o efeito próprio do discurso ideológico, produz ou induz um efeito próprio, que é o efeito-inconsciente, ou o efeito *sujeito-do-inconsciente*, isto é, a estrutura própria que permite o discurso do inconsciente. Essa última função permite assegurar a função sujeito no desconhecimento. (Althusser, 1996)

Com isso, deduzimos que o sujeito ideológico, em sua função, que é desconhecida para o indivíduo que dela se incumbe, funciona de modo articulado a um sujeito-do-inconsciente cuja atividade guarda estreita relação com o discurso ideológico. Talvez possamos supor que esse sujeito-do-inconsciente, constituído como efeito da ideologia, responde a uma camada especial do psiquismo – ao *ideal do eu*, talvez, gradação situada pela psicanálise entre o *ego* e o *id* na qual um conjunto de injunções e proibições se conservam sob a forma de “consciência” ou censura moral. Tendo sua origem fora do indivíduo, os imperativos dessa instância psíquica são instalados em seu interior por uma manobra que consiste na substituição de catexias objetais por identificações (Freud, 1948).

Dadas, assim, as condições de existência desse sujeito-do-inconsciente, e supondo que ele corresponde a um nível psíquico que provisoriamente associaremos ao ideal do ego, cujas exigências são introjetadas desde o exterior da cultura e durante a história do desenvolvimento individual, ressaltamos que essa camada do psiquismo, tendo surgido como efeito das prescrições culturais que afetam cada indivíduo, deve constituir-se como uma realidade de tipo discursivo.

Para melhor esclarecer a associação que agora sugerimos entre o sujeito-do-inconsciente (ao qual equiparamos o ideal do ego) e a realidade e o funcionamento do discurso, postularemos que, sendo a cultura um complexo essencialmente simbólico, pode-se mesmo presumir que sua projeção se dê fundamentalmente no exercício da linguagem. É, portanto, pela via do discurso que analisaremos o processo de assujeitamento desse sujeito que se constitui na e pela enunciação, como espécie de porta-voz das instituições que são, para ele, a matriz dos sentidos que a ideologia oferece e produz.

Na seção seguinte, abordaremos a leitura pecheutiana do processo de interpelação ideológica sugerido por Althusser e introduziremos o esquema de Mara Golzman, que explica o funcionamento do discurso a partir da articulação necessária entre as instâncias de formação e formulação. Com esse último passo, concluiremos nosso exame das possibilidades de aproveitamento do marxismo althusseriano para a investigação do processo de assujeitamento que é constitutivo da relação existente entre indivíduo e instituição.

5 SOBRE O TRABALHO DE ANÁLISE DA SUJEIÇÃO IDEOLÓGICA

Já recuperamos, nas seções anteriores, o entendimento althusseriano de que a ideologia atua em favor da reprodução das condições de produção numa formação social dada. A essa tese, acrescentaremos agora alguns desenvolvimentos realizados pelo filósofo e linguística Michel Pêcheux, que, retomando a reflexão teórica de Althusser, procura situá-la no campo da linguística e da filosofia da linguagem, amparando-se ainda nas psicanálises de Freud e Lacan. Ao final, comentaremos a reflexão de Mara Glozman sobre o funcionamento articulado do que chamou de instâncias de formação e de formulação, a partir do que foi possível para a autora recolocar em outros termos o problema da interpelação ideológica.

Refletindo, a partir da filosofia da linguagem, sobre o processo de interpelação por meio do qual se produz o sujeito ideológico, Michel Pêcheux apresenta a ideologia e seu funcionamento como sendo aquilo que fornece as evidências “que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascara, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (Pêcheux, 1995).

Desde aí, o autor construirá uma articulação que coloca a ideologia e o discurso em relação inextricável. Vejamos como essa associação se constitui no excerto abaixo, em o que autor a descreve de forma especialmente condensada.

[...] o *sentido* de uma palavra, expressão, proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentados por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sobre a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (Pêcheux, 1995)

Desse ponto de vista, torna-se possível ao autor colocar o problema da interpelação ideológica em termos de uma relação de dominação entre o indivíduo e a formação discursiva que lhe assujeita. Essa transferência da ideologia para o discurso na tarefa da interpelação é justificada na reflexão de Pêcheux (1995, p. 160) com base no entendimento de que as formações discursivas “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes”. Em consequência dessa substituição, as formações discursivas tomam para si a função de prover o sujeito com os sentidos que deve utilizar para se comunicar. O funcionamento de cada uma delas, porém, depende da posição que ocupam no conjunto das formações discursivas existentes numa dada conjuntura, já que todas têm seu funcionamento definido pelas relações que estabelecem com as demais no interior da formação social em que operam. A essa totalidade das formações discursivas existentes e inter-relacionadas nos limites de uma formação social, Pêcheux (1995) chamou *interdiscurso*. Da relação entre o sujeito e o interdiscurso, finalmente, tornou-se possível dizer que

a interpelação dos indivíduos em sujeitos [...] se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas - experimentadas. (Pêcheux, 1995)

Desse modo, a interpelação ideológica impõe ao indivíduo uma realidade e seu sentido na forma de um “sempre-já-aí”, um “já dito” – embora nos esqueçamos quem o tenha enunciado – ao qual se associa, por sua condição de anterioridade, um sentimento de evidência. Essa marca, no enunciado, de um discurso que lhe é anterior corresponde, na linguagem de Pêcheux, à categoria do *pré-construído*. Constituinto-se no interdiscurso e sendo, portanto, exterior ao sujeito da enunciação, o pré-construído será ulteriormente encadeado

no eixo do que Pêcheux designa como *intradiscurso*, isto é, “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo *agora*, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto de fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito)” (Oliveira, 2020).

O encadeamento que se realiza no intradiscurso, isto é, os movimentos que uma enunciação faz em relação a si própria, é, portanto, condicionado pelo interdiscurso, que, ao sujeito da enunciação, disponibiliza os objetos dos quais a enunciação se apropria (Courtine, 2020).

6 A SUJEIÇÃO IDEOLÓGICA SEGUNDO MARA GLOZMAN

Tendo sido apresentados os aspectos da teoria pecheutiana que são pertinentes ao nosso objetivo de pesquisa, veremos agora como a professora Mara Glozman (2020), do Instituto de Linguística da Universidade de Buenos Aires, retoma o problema da interpelação ideológica, partindo de um entendimento sobre o discurso enquanto funcionamento articulado entre as instâncias do interdiscurso e do intradiscurso. Com os comentários da autora, nos será possível explorar o interesse do marxismo althusseriano – em especial, de seu reflexo no trabalho teórico de Michel Pêcheux – para o avanço na compreensão da condição de assujeitamento do indivíduo em relação as instituições.

Indicamos abaixo o modo por meio da qual a autora descreve o discurso como um efeito que resulta da articulação entre duas instâncias. Esses domínios, que correspondem a registros ou “zonas” discursivas distintas, são referidas por Glozman como *instância de formação* e *instância de formulação*.

A principal tese pecheutiana reside, em nosso entendimento, na postulação da categoria do interdiscurso, especificamente, no trabalho sobre a categoria do discurso como efeito de uma relação. Tal tese consiste em distinguir dois tipos de registros ou instâncias que organizam o que chamamos de ‘discurso’. Detemo-nos, sobretudo, na distinção entre os processos de formação dos discursos e suas instâncias de formulação (ver Aguilar et al. 2014). Tomando como ponto de partida as releituras de LVE [*Las verdades evidentes*] que realizam Authier-Revuz (1984) e Orlandi (2001), essa distinção sugere que, cada vez que se formula ou se enuncia um discurso - que, de forma simplificada, poderia ser situado em determinadas condições específicas que remetem a certo lugar e tempo, a certos nomes e instituições, a certas formas genéricas -, inscrevem-se em sua trama significados, frases, tons, modos de dizer que têm sua origem e seu processo de formação em outra instância discursiva, anterior, exterior. Cada “novo” discurso reúne, assim, constitutivamente, elementos significantes e sentidos que provêm de processos heterogêneos de formação. E, postula-se, isso acontece além da vontade de quem formula ou enuncia. Isso significa que os processos materiais de formação dos elementos do discurso ocorrem com relativa autonomia no que diz respeito à intenção de algo como o falante, e no que diz respeito à configuração de algo como o sujeito da enunciação. (Glozman, 2020)

Glozman divide, portanto, o discurso em dois diferentes níveis. Inicialmente, a autora acompanha a terminologia pecheutiana, indicando-os como (i) o interdiscurso, que “remete, precisamente, a esse exterior constitutivo, cujos efeitos deixam traço em cada nova formulação, isto é, na trama daquilo que chamamos intradiscurso” (Glozman, 2020); e (ii) o intradiscurso, que “pode ser como a zona discursiva em que são possíveis a retórica e a argumentação, a formulação e a reformulação, o debate, a configuração de um certo discurso do sujeito” (Glozman, 2020). Recolocando a questão em outro registro terminológico, porém, a autora propõe a seguinte divisão:

Postular a noção de interdiscurso implica, portanto, a distinção entre uma instância de formação, que determina o que pode e deve ser dito, e uma instância de formulação suscetível - sobredeterminada - de jogo e movimento retórico-argumentativo (Glozman, 2020).

Nesse quadro, em que o discurso se organiza em dois momentos subsequentes – primeiro, se forma, depois, se reformula –, talvez devamos supor a existência de um intervalo, mais lógico do que histórico, a separar, de um lado, o complexo institucional articulado no interior de uma formação social e, de outro, os sujeitos do discurso, cuja existência é efeito do funcionamento desse mesmo complexo. A esse respeito, Glozman (2020) recupera a noção de *décalage* na teoria pecheutiana, situando-a como uma defasagem entre as duas “zonas” que, segundo propõe, constituem a ordem do discurso. Essa diferença entre os níveis pode ser compreendida, segundo a autora, como uma espécie de hiato no tempo a separá-los. O que, todavia, nos interessa é reter a sequência lógica que ordena os processos de formação e formulação, bem como o grau de assujeitamento em que o indivíduo se mantém na sua relação com as instituições. Se para ele é possível dizer apenas o que, de antemão, pertence ao campo do enunciável, isto é, se o indivíduo somente dispõe dos pré-construídos antes preparados na instância de formação, por outro lado, conta com uma autonomia relativa que lhe autoriza certo grau de manejo desse material disponibilizado. Eis como a possibilidade de ação do sujeito do discurso é especificada no trabalho de Mara Glozman:

[...] se há um sujeito do discurso suscetível de lidar com escolhas, com a seleção de certas formas de dizer, e não outras, de suscitar discussões e debates e afiliações para suas palavras, esse sujeito se move com suas retóricas e figurações na trama do intradiscurso [...]. (Glozman, 2020, p. 127)

De outra parte, enquanto empreende sua autonomia na gestão do próprio processo enunciativo – e talvez precisamente porque se sinta capaz de fazê-lo – o sujeito se torna ao mesmo tempo vítima de um esquecimento ideológico, pensando ser ele mesmo a origem dos sentidos das palavras que enuncia. Constituindo-se desde

uma contradição entre sua condição assujeitada e seu funcionamento autônomo, o efeito-sujeito da ideologia se produz na forma da ilusão de uma instância livre de autodeterminada. Sua dependência em relação ao interdiscurso, que por ele é ignorada, está encoberta pela liberdade que o sujeito possui para combinar objetos na zona do intradiscurso. Embora constate sua liberdade de escolha, não é capaz de se dar conta de que os objetos escolhidos se apresentam sempre como previamente definidos. Essa incongruência constitutiva do sujeito é descrita por Michel Pêcheux com apoio na psicanálise.

Ao dizer que o *EGO* [...] não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sobre *a forma da autonomia*, [...] estamos, simplesmente, retomando a designação que Lacan e Althusser, cada um a seu modo, deram [...] do processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como interior sem exterior, e isso pela determinação do real (exterior), e especificamente – acrescentaremos – do interdiscurso como real (exterior). (Pêcheux, 1995, p. 163)

Estamos agora em melhores condições de sintetizar alguns aspectos que descrevem o efeito-sujeito da ideologia a partir de sua relação com o complexo institucional das sociedades nas quais estão inseridos.

Começamos nossa investigação nesta seção evocando o processo de interpelação ideológica, por meio do qual se estabelecem os vínculos existentes entre o indivíduo e as atividades institucionais que sobre ele atuam. Comentamos também a posição de Pêcheux, segundo a qual a ideologia fornece ao indivíduo as evidências de sentido com as quais ele se torna capaz de formular enunciações. A isso acrescentamos a suposição de Mara Glzman no sentido de que o discurso se organiza em dois níveis separados por um intervalo lógico, uma instância de formulação e outra de formulação. Na primeira delas, encontram-se os complexos institucionais que compõem as formações sociais e que funcionam em nome da continuidade de sua estrutura. Essa zona discursiva, que, na linguagem pecheutiana, equivale ao interdiscurso, constitui a matriz de sentido a partir da qual se torna possível ao indivíduo dizer alguma coisa.

A segunda instância corresponde ao espaço da relação do sujeito do discurso com os objetos que para ele são oferecidos pelas instituições. Nesse nível, dispõe o sujeito de uma autonomia relativa com a qual se torna capaz de formular e reformular o que a ele é disponibilizado pela instância de formação. É também o espaço do intradiscurso.

Por efeito da ideologia, entretanto, a condição de assujeitamento do indivíduo à instância de formação é encoberta, pelo que o sujeito do discurso se constitui por um apagamento de sua dependência em relação ao complexo institucional que sobre ele exerce sua força reguladora.

Finalmente, em razão do desconhecimento que caracteriza a relação do sujeito do discurso com a instância de formação que o constitui, levantamos a hipótese de uma camada psíquica reservada ao funcionamento desse inconsciente ideológico, o que provisoriamente associamos ao ideal do ego descrito pela psicanálise.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste empreendimento teórico que, com esta seção, concluímos, exploramos a possibilidade de aproveitamento do marxismo althusseriano – especialmente de seus desenvolvimentos na filosofia da linguagem – para uma abordagem do processo pelo qual as instituições exercem sobre os indivíduos seus efeitos reguladores. Em nosso percurso, identificamos a possibilidade de uma contribuição dos estudos althusserianos para o institucionalismo na equivalência que estabelecem entre as instituições e os Aparelhos de Estado. Com esse ponto de contato, localizamos uma possível convergência entres os referidos campos relativa ao efeito de subjetividade que as instituições exercem sobre os que têm sua atividade por elas regulada. Pudemos notar, além disso, que o desconhecimento do processo por meio do qual se instaura algo como uma “subjetividade institucional” é um aspecto que integra a uma só vez dos raciocínios institucionalista e althusseriano. Em ambos os casos, a psicanálise serve como apoio para o exame da atividade inconsciente desse mecanismo.

Para avançar com a investigação, introduzimos a noção de discurso com base na suposição de que a produção institucional da subjetividade é um fenómeno cuja origem se dá fora do indivíduo, atingindo-o ulteriormente por meio da linguagem. Nessa direção, evocamos a suposição de Glotman de que o discurso se organiza a partir de dois níveis distintos, uma instância de formação, que corresponde ao complexo institucional em atividade numa formação social dada, e a instância de formulação, espaço da relação entre o indivíduo e os objetos a ele disponibilizados pelo complexo institucional.

A articulação de ambas as instâncias e o intervalo lógico que as separa parece apresentar-se como dimensão estratégica de análise da produção institucional da subjetividade, o que possivelmente envolveria, de um lado, uma análise sócio-histórico-discursiva do complexo institucional que determina o sujeito da enunciação, e, de outro, um exame dos mecanismos inconscientes por meio dos quais a função institucional que o indivíduo cumpre sem saber permanece para ele como desconhecida.

Finalmente, é importante assinalar que não é possível convocar o instrumental teórico althusseriano sem, ao mesmo tempo, mobilizar toda sua base epistemológica, que, na colaboração aqui proposta, vem, de certo modo, chocar-se com o quadro do sociologismo institucionalista. Querendo-se evitar semelhante hibridismo, que poderia eventualmente resultar em entraves no desenvolvimento teórico, talvez seja o caso de se promover uma secção nos estudos althusserianos sobre a ideologia, de modo a descolar o mecanismo de interpelação ideológica do pano de fundo do materialismo histórico.

Uma separação como essa vem sendo experimentada com considerável êxito nas tendências francesas da análise do discurso pelo linguista Dominique Maingueneau (Maingueneau, 2008), que, ao postular noções como universo discursivo, interdiscurso ou posição enunciativa, retoma, em boa medida, a perspectiva peuchetiana, sem, no entanto, introduzir a reboque certas pressuposições marxistas, como, por exemplo, o entendimento de que o discurso, representando as formações ideológicas na linguagem, serviria à reprodução das condições de produção em uma formação social dada.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa, Editorial Presença / Martins Fontes, 1980.
- ALTHUSSER, L. Tres notas sobre la teoría de los discursos, 1966. *In: Escritos sobre psicoanálisis: Freud y Lacan*. Distrito Federal, Siglo Veintiuno Editores, 1996.
- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.
- COURTINE, J-J. O conceito de formação discursiva. *In: BARONAS, R. L. (org.). Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara, Letraria, 2020, p. 58–87. (Originalmente publicado em 1981).
- FARIAS, J. G. A de. Étienne Balibar e Louis Althusser: estado e ideologia. **Revista Pensata**, v. 8, n. 1, n. p., 2019. DOI: <https://doi.org/10.34024/pensata.2019.v8.10156>.
- FREUD, S. **Obras completas - Volumen I**. Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, 1948.
- FREUD, S. **O futuro de uma ilusão**. Porto Alegre: L&PM, 2010. *E-book*.
- GUATTARI, F. **Psicoanálisis y transversalidad**. Buenos Aires, Siglo XXI Argentina Editores SA, 1976.
- GLOZMAN, M. (Re) leer Pêcheux hoy . El problema del décalage en la teoría materialista del discurso. **Revista Digital de Ideas Políticas**, n. 12, p. 117–133, 2020.
- LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis, Vozes, 1996.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.
- MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.
- MONCEAU, G. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 20, n. 1, p. 19–26, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922008000100007>.
- OLIVEIRA, G. F. A enunciação em Michel Pêcheux: uma questão inquietante. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, v. 15, n. 3, p. 267–296, 2020.
- PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 18–25, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000300003>.
- PÊCHEUX, M. A forma-sujeito do discurso. *In: Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. p. 159–185.

Contribuição dos autores

1 – Estêvão Carvalho Freixo

Mestre em Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0002-2910-0836> • estevaofreixo@gmail.com

Contribuição: Conceitualização, Investigação, Metodologia, Curadoria de dados, Redação - rascunho original, Redação - revisão e edição, Administração de projetos, Visualização.

Como citar este artigo

FREIXO, Estêvão Carvalho. Constituindo um espaço de relação entre o institucionalismo e o marxismo althusseriano. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 36, e66203, 2023. DOI: 10.5902/2317175866203. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175866203>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.